

Vírus in vitro

Categories : [Reportagens](#)

O mistério da doença da mancha branca, que no final de janeiro [dizimou a população de 18 fazendas de camarão em Santa Catarina](#), começa a ser esclarecido. A Secretaria de Agricultura e Política Rural e a Companhia para o Desenvolvimento Agrário de Santa Catarina (CIDASC) divulgaram no dia 4 de março um relatório responsabilizando os laboratórios que produzem larvas de camarão pela disseminação do vírus.

No Estado, quatro laboratórios têm licença para produzir as pós-larvas (larvas maduras) que servem como alimento para os animais criados em cativeiro. Não é possível afirmar de qual deles teria saído o vírus, uma vez que é comum o intercâmbio de material orgânico entre os laboratórios, muitas vezes sem a emissão de Guias de Trânsito Animal (GTA) devidamente preenchidas.

O relatório levanta a suspeita de que as pós-larvas tenham sido as transmissoras da doença da mancha branca citando uma elevada mortandade acontecida no Laboratório de Camarão Marinho da Universidade Federal de Santa Catarina (LCM/UFSC), entre outubro de 2003 e março de 2004. Na época, a universidade alegou que as pós-larvas morreram vítimas de uma bactéria. O estudo atual, porém, diz que não foram realizados os testes necessários para descartar a ocorrência do vírus, que pode ficar latente durante anos, à espera de condições propícias para seu desenvolvimento.

O coordenador do laboratório da UFSC, Edemar Andreatta, afirma que o vírus da mancha branca se espalha de forma rápida através de diversos vetores, como alguns zooplanctons e até mesmo outros crustáceos. “É muito difícil precisar a origem de um vírus como esse. Ele pode até ter vindo por correntes marinhas”, alega Andreatta. Segundo ele, desde que a doença surgiu foram feitos vários testes nos laboratórios e descartada a presença qualquer tipo de doença.

Mesmo que tenha surgido em laboratório, o vírus teve sua disseminação facilitada pela prática das fazendas de compartilhar utensílios e funcionários na área infectada. Procurador da República responsável pelo caso, Celso Antônio Três afirmou, em nota divulgada à imprensa no dia 21 de janeiro, que o caso da mancha branca foi consequência da falta de dedicação dos órgãos responsáveis para com os produtores de camarão em cativeiro. Segundo ele, em 2002 a Companhia de Saneamento de Santa Catarina (CASAN) já havia alertado a Fundação Ambiental do Estado (FATMA) sobre o risco de contaminação nas fazendas.

Mais de 1.300 hectares de cultivo de camarões foram interditados na região de Laguna, sul do Estado. O Ministério Público está abrindo processos civis e criminais para punir os responsáveis pela degradação ambiental decorrente do despejo da água dos tanques em lagoas nos arredores

das fazendas, o que contamina a água e pode espalhar a doença.

Calcula-se que a produção catarinense só se normalize daqui a seis meses. O engenheiro de pesca Enock Cavalcanti de Lima Filho afirma que mais de 200 toneladas de camarão foram inutilizadas pela doença, representando um prejuízo de quase 2 milhões de reais. “Agora o necessário é melhorar a maneira de se fazer aquicultura, tomar medidas de biossegurança e ter a consciência de que nem todas as fazendas têm condições de serem povoadas em alta densidade”, explica o engenheiro.

No dia 28 de fevereiro, a Secretaria de Agricultura de Santa Catarina liberou a comercialização de camarões de cativeiro para outros estados, que estava proibida desde a ocorrência da doença. O secretário Moacir Solpesa informou que o Estado adotou medidas sanitárias e de transporte para evitar que o vírus, fatal para 100% dos animais contaminados, chegue a outras regiões. Os camarões não serão mais transportados por rodovia. Só poderão sair pelos portos, que prometem realizar rígida fiscalização de acordo com as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e do Ministério da Agricultura.

* Carla Lins tem 21 anos e é recém-formada jornalista em Florianópolis.